

DIREITOS HUMANOS

Registo de nascimentos foi prioridade do Governo

Notícias; Política; 17.12.2019; País.09; Ed. 30.887

O REGISTO de menores de cinco anos de idade foi uma das grandes apostas do Governo no quinquénio prestes a fundar. Segundo Albachir Macassar, director nacional no Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, esta aposta do Executivo visa criar capacidade para que no futuro as crianças desempenhem um papel activo na sociedade.

Falando ontem, em Maputo, na abertura do Seminário de Reflexão sobre os Direitos Humanos em Moçambique, edição 2019, Albachir Massacar disse que esta aposta visa criar maior capacidade futura dessas crianças para desempenhar um papel activo na sociedade.

O dirigente, que discursava

em substituição do ministro, afirmou que Moçambique possui uma Constituição forte, em matéria de direitos humanos, e um Conselho Constitucional vigoroso para garantir que ela seja cumprida. Acrescentou que o Governo também tem estado a aprovar leis com vista a fortalecer as protecções garantidas pela Constituição.

Disse que o Executivo reconhece que mais leis novas, emendas e implementação adequada das leis existentes são necessárias para tirar o máximo benefício de uma Constituição baseada nesses princípios. Massacar fez saber que a melhor forma de melhorar as leis de direitos humanos, em qualquer país, é acompanhar a

sua implementação efectiva e a criação de instituições nacionais que se ocupem da matéria, de acordo com o sistema internacional, conhecido como Princípios de Paris.

Para o Governo, há, entretanto, uma evolução significativa dos esforços na promoção e protecção dos direitos humanos, matéria que, para além de ser de índole constitucional, é operacionalizada pelo pilar I (Consolidar o Estado de Direito Democrático, Boa Governança e Descentralização) do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019. Segundo o director nacional, é neste contexto que o Governo tem investido fortemente na educação e desenvolvimento humano, infra-

-estruturas, incluindo escolas, instalações médicas, projectos de habitação, água e electricidade, melhoria nas penitenciárias e construção de milhares de quilómetros de estradas.

Massacar acrescentou que a discussão sobre os direitos humanos deve estar presente em todos os ambientes, sejam académicos, políticos ou simplesmente na sociedade moçambicana. É necessário fugir do senso comum e dos preconceitos que se sustentam na falta de informação e fomentar o conhecimento ilustrado no assunto, defendeu.

O encontro, que termina hoje, é realizado em parceria com a Diakonia em Moçambique e o PNUD.